



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.690, DE 2012

Altera a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, e dá outras providências.

Autor: Deputado Darcísio Perondi

Relator: Deputado Geraldo Thadeu

I – RELATÓRIO

A presente proposição, de autoria do Deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS), altera a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que “institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências”.

O objetivo da proposta é regulamentar novas regras de formação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da categoria mencionada e dar outras providências que pretendem ajustar a legislação em vigor às necessidades dos tempos atuais, visto que a Lei objeto de modificação do projeto já está bastante defasada.

O projeto de lei recebeu despacho para ser apreciado por esta Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF, bem como pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, pela Comissão de Finanças e Tributação – CFT (Mérito e art. 54, RICD) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54, RICD).

No prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

É o relatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II – VOTO DO RELATOR

Conforme disposto no Art. 32, XVII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família avaliar o mérito da presente proposta.

Conforme dispõe o artigo 61, *caput*, da Constituição Federal, o projeto de lei em análise atende aos preceitos constitucionais no que tange à iniciativa e não fere as competências elencadas à União.

A proposição altera consideravelmente os termos dispostos na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que “institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências” para adequar a norma supracitada à atual realidade e necessidade dos referidos Conselhos. Desta forma, o projeto de lei em tela, além de meritório é de suma importância e relevância para a categoria.

O Conselho Federal de Odontologia e os Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam uma Autarquia, nos quais cada um é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

É importante ressaltar que cabe aos Conselhos Regionais de Odontologia ser uma extensão da atuação do Conselho Federal em cada Estado, buscando cada vez mais a descentralização das ações administrativas e de fiscalização. Com o intuito de aprimorar a proposta e alcançar uma aplicabilidade mais eficaz é que propomos algumas alterações que serão discriminadas a seguir.

Apesar de não ser competência da presente Comissão analisar a técnica legislativa da proposição, mas sim, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, apresentamos o Substitutivo em anexo, perfazendo algumas alterações.

De igual modo, julgamos pela modificação de alguns artigos da proposição a fim de que o mérito do texto fique mais adequado às necessidades apresentadas pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Odontologia, onde podemos destacar: o aumento nas atribuições do Conselho Federal, a retirada do imposto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

sindical do rol de composição de renda do Conselho e a estipulação de uma multa ao profissional de Odontologia que exercer a profissão sem a devida habilitação.

Desta forma e por todo o exposto, votamos pela **aprovação** do PL 3.690, de 2012, conforme o Substitutivo apresentado em anexo.

Sala das Comissões, em de dezembro de 2014.

Deputado GERALDO THADEU
PSD/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.690, DE 2012

Altera a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Haverá na capital da República Federativa do Brasil um Conselho Federal de Odontologia e em cada capital das Unidades Federativas, um Conselho Regional de Odontologia, denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente.

Art. 2º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Parágrafo único. O Conselho Federal, assim como os Conselhos Regionais de Odontologia, servirão de órgão de consulta dos Governos da União, das Unidades Federativas, em todos os assuntos relativos à Odontologia e saúde, notadamente os vinculados a serviços, produção ou à indústria de produtos da Odontologia.

Art. 3º O Conselho Federal de Odontologia compor-se-á de Membros Efetivos e Suplentes, sendo um Efetivo e um Suplente de cada Unidade Federativa que estarão vinculadas à chapa do Conselho Regional, todos de nacionalidade brasileira, com mandato quadrienal, eleito por escrutínio secreto e maioria simples de votos, cujos membros serão inscritos e concorrerão em eleição conjunta dos Conselhos Regionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. Será permitida apenas uma reeleição para o cargo de Conselheiro Presidente.

Art. 4º São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os Regimentos Internos organizados pelos Conselhos Regionais;
- c) eleger a sua Diretoria;
- d) votar e alterar o Código de Ética Odontológica e o Código de Processo Ético Odontológico em Assembleia deliberativa dos Conselhos Regionais;
- e) promover quaisquer diligências ou verificações relativas ao funcionamento dos Conselhos de Odontologia, nos Estados e Distrito Federal, e adotar, quando necessário, providências convenientes a bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de Diretoria provisória;
- f) propor ao Governo Federal a emenda ou alteração do regulamento desta Lei;
- g) expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais, através de Resoluções e demais atos normativos;
- h) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- i) em grau de recurso de qualquer parte interessada ou por remessa *ex-officio* do CRO, deliberar e julgar os processos éticos, absolvendo ou impondo as penalidades previstas nesta lei;
- j) proclamar os resultados das eleições, para os Membros dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal a terem exercício no quadriênio subsequente;
- k) aplicar aos Membros dos Conselhos Regionais, e aos próprios, as penalidades que couberem pelas faltas praticadas no exercício de seu mandato;
- l) aprovar a peça orçamentária do sistema Conselhos de Odontologia;
- m) aprovar, anualmente, as contas próprias e as dos Conselhos Regionais;
- n) fixar, conjuntamente com os Conselhos Regionais, os valores das anuidades e taxas devidas pelas pessoas físicas e jurídicas; e,
- o) regulamentar os procedimentos odontológicos realizados pelo cirurgião-dentista e demais profissões.

Art. 5º O mandato dos Membros dos Conselhos de Odontologia será meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado e em dia com suas obrigações financeiras e éticas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 6º Na primeira reunião ordinária do Conselho Federal será eleita a sua Diretoria composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, na forma do registro.

Art. 7º Ao Presidente do Conselho Federal compete: Presidir as sessões do Conselho Federal, representá-lo judicial e extrajudicialmente, velar pelo decoro, pela independência dos Conselhos de Odontologia e pelo livre exercício legal de seus Membros.

Art. 8º A renda do Conselho Federal será constituída de:

- a) Um terço das anuidades cobradas pelos Conselhos Regionais;
- b) Um terço da taxa de expedição das carteiras profissionais;
- c) Um terço das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;
- d) doações e legados;
- e) subvenções oficiais; e,
- f) bens e valores adquiridos.

Art. 9º Os Conselhos Regionais serão instalados em cada unidade da Federação, sendo compostos de 5 (cinco) membros e outros tantos suplentes, para Conselhos Regionais com até 5.000 (cinco mil) inscritos, sendo que este número poderá aumentar na proporção de 2 (dois) membros e outros tantos suplentes para cada 5.000 (cinco mil) inscritos, não excedendo o número de 20 (vinte) Conselheiros com mandato quadrienal, eleitos em votação secreta por maioria simples dos cirurgiões-dentistas votantes da respectiva região.

Parágrafo único. O mandato de Membros dos Conselhos Regionais será meramente honorífico, exigido como requisito para a eleição, a qualidade de cirurgião-dentista legalizado, que não possua penalidade ética, em dia com as suas obrigações financeiras e de nacionalidade brasileira, sendo permitida apenas uma reeleição para o cargo de Conselheiro Presidente.

Art. 10. A Diretoria de cada Conselho Regional compor-se-á de Presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos na primeira reunião ordinária do Conselho.

Parágrafo único. Os Conselhos com mais de 5.000 (cinco mil) inscritos poderão criar o cargo de Vice-Presidente.

Art. 11. Aos Conselhos Regionais compete:

- a) deliberar sobre as inscrições e cancelamentos em seus quadros de profissionais registrados na forma desta lei;
- b) fiscalizar o exercício da profissão, em harmonia e parceria com os órgãos competentes;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) deliberar sobre assuntos atinentes sobre a ética profissional, impondo a seus infratores as devidas penalidades, inclusive a aplicação da multa prevista nesta lei;
- d) organizar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;
- e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;
- f) dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais, com recurso suspensivo para o Conselho Federal;
- g) expedir carteiras profissionais;
- h) promover por todos os meios ao seu alcance o perfeito desempenho técnico-científico e ético da Odontologia e dos que a exerçam;
- i) publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação de seus profissionais registrados;
- j) exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;
- k) designar, quando necessário, um ou mais representantes em cada município ou região de sua jurisdição;
- l) submeter à aprovação do Conselho Federal o orçamento e as contas anuais; e,
- m) advertir, interditar e/ou multar consultórios odontológicos, clínicas odontológicas e laboratórios de prótese dentária, sem inscrição no Conselho Regional de Odontologia competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes à Autarquia.

Art.12. A renda dos Conselhos Regionais será constituída de:

- a) taxa de inscrição;
- b) dois terços da taxa de expedição de carteiras profissionais;
- c) dois terços da anuidade paga pelos membros inscritos no Conselho;
- d) dois terços das multas aplicadas;
- e) doações e legados;
- f) subvenções oficiais; e,
- g) bens e valores adquiridos.

Art. 13. Os cirurgiões-dentistas só poderão exercer legalmente a Odontologia após o registro de seus diplomas, conforme a legislação específica do Ministério da Educação e de sua inscrição em Conselho de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de suas atividades.

§ 1º. As Empresas de Prestação de Assistência Odontológica - EPAO, também denominadas odontoclínicas, as policlínicas e outras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

quaisquer empresas ou entidades, relacionadas à Odontologia, públicas ou privadas, estabelecidas ou organizadas, como firmas individuais, operadoras de planos e seguros de saúde, cooperativas ou sociedades, para prestação de serviços odontológicos, estão obrigadas à inscrição nos Conselhos Regionais de Odontologia em cuja jurisdição estejam estabelecidas ou exerçam suas atividades.

§ 2º. As entidades ou firmas já estabelecidas deverão habilitar-se junto aos Conselhos no prazo de 90 (noventa) dias e, as que vieram a se estabelecer, ou organizar, somente poderão iniciar as suas atividades ou executar serviços depois de promoverem a sua inscrição.

§ 3º. As entidades de que trata esta lei estão sujeitas ao pagamento das taxas de inscrição e das anuidades aos Conselhos Regionais de Odontologia.

§ 4º. Estão isentas do pagamento das taxas de inscrição e anuidades, a que se refere o parágrafo anterior, as entidades filantrópicas e as empresas que mantenham clínicas ou consultórios próprios destinados à prestação de serviços de assistência odontológica, exclusivas a seus funcionários e dependentes.

Art. 14. Aos profissionais registrados de acordo com esta lei será entregue uma carteira profissional que os habilitará ao exercício da Odontologia.

§ 1º. No caso em que o profissional tiver que exercer temporariamente a Odontologia em outra jurisdição, apresentará sua carteira para ser visada pelo Presidente do Conselho Regional desta jurisdição.

§ 2º. Se o cirurgião-dentista inscrito no Conselho Regional de um estado passar a exercer, de modo permanente, atividade em outra região, assim se entendendo no exercício da profissão por mais de 90 (noventa) dias na nova jurisdição, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo ou para ele se transferir, sujeito em ambos os casos, a ação do Conselho em cuja jurisdição estiver em exercício.

§ 3º. No prontuário do cirurgião-dentista serão feitas quaisquer anotações referentes a atividade profissional inclusive elogios e penalidades.

Art. 15. A carteira profissional de que trata o artigo anterior valerá como documento de identidade e terá fé pública em todo território nacional.

Art. 16. Todo aquele que mediante anúncios, placas, cartões ou outros meios quaisquer se propuser ao exercício da Odontologia fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão, se não estiver devidamente registrado.

Art. 17. O poder disciplinar de aplicar penalidade aos profissionais compete ao Conselho Regional em que estavam inscritos ao tempo do fato punível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum quando o fato constitua crime punido em lei.

Art. 18. As penas disciplinares aplicadas pelos Conselhos Regionais aos cirurgiões-dentistas inscritos são as seguintes:

- a) advertência confidencial;
- b) censura confidencial, em aviso reservado;
- c) censura pública, em publicação oficial;
- d) suspensão das atividades e/ou do exercício profissional até 180 (cento e oitenta) dias;
- e) cassação do exercício profissional, “ad referendum” do Conselho Federal.

§ 1º. Salvo nos casos de gravidade manifesta que exija aplicação da penalidade mais grave, a imposição das penas obedecerá à gradação deste artigo;

§ 2º. Em matéria disciplinar, o Conselho Regional deliberará de ofício, ou em consequência de representação de autoridade, de qualquer membro, ou de pessoa estranha ao Conselho, interessada no caso;

§ 3º. A deliberação do Conselho precederá sempre audiência do acusado, sendo-lhe dado defensor no caso de não ser encontrado, ou for revel;

§ 4º. Da imposição de qualquer penalidade, caberá recurso no efeito devolutivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do interessado, aplicando-se o efeito suspensivo, nos casos de aplicação das penas de censura pública, em publicação oficial, suspensão das atividades e cassação do exercício profissional;

§ 5º. Além do recurso previsto no parágrafo anterior, não caberá qualquer outro de natureza administrativa, salvo aos interessados a via judiciária para as ações que forem devidas;

§ 6º. Poderá haver o Recurso de Revisão das decisões proferidas pela CFO, a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, nos mesmos termos do Código de Processo Ético Odontológico;

§ 7º. As denúncias contra membros dos Conselhos Regionais só serão recebidas quando devidamente assinadas e acompanhadas de indicação de elementos comprobatórios do alegado;

§ 8º. Além das penas disciplinares previstas, também poderá ser aplicada, cumulativamente, pena pecuniária de até 25 (vinte e cinco) vezes em valor equivalente ao fixado para a anuidade profissional, aplicando-se o dobro em caso de reincidência;

§ 9º. Aplicam-se as disposições acima, às normas dos Conselhos de Odontologia, ainda que de forma indireta sejam pessoas físicas ou jurídicas, clínicas, policlínicas, cooperativas, planos de assistência a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

saúde, convênios de qualquer forma, credenciamentos, administradoras, intermediadoras, seguradoras de saúde, ou quaisquer entidades, os profissionais inscritos, quando proprietários, ou o responsável técnico, responderão solidariamente com o infrator pelas infrações éticas cometidas.

Art. 19. Constituem a Assembleia Geral de cada Conselho Regional os cirurgiões-dentistas com inscrição principal, que se acharem no gozo de seus direitos e quites com a tesouraria do CRO.

§ 1º. A Assembleia Geral será dirigida pelo Presidente do Conselho Regional respectivo.

§ 2º A inscrição secundária não autoriza o cirurgião-dentista a participar da Assembleia do Conselho no qual estiver inscrito nesta qualidade.

Art. 20. A Assembleia compete:

I - ouvir a leitura e discutir o relatório e contas da Diretoria. Para esse fim se reunirá, ao menos, uma vez por ano, sendo nos casos em que se tenha de realizar a eleição do Conselho Regional de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias antes da data fixada para essa eleição;

II - autorizar a alienação de imóveis do patrimônio do Conselho;

III - deliberar sobre as questões ou consultas submetidas à sua decisão pelo Plenário do Conselho ou pela Diretoria.

Art. 21. A Assembleia geral, em primeira convocação, reunir-se-á com maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, com o número de membros presentes.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas com a maioria de votos dos presentes.

Art. 22. O voto é pessoal e obrigatório em toda eleição, salvo doença ou ausência comprovada plenamente.

§ 1º. Por falta injustificada a eleição, incorrerá ao inscrito no Conselho a multa de um terço do valor da anuidade vigente de cirurgião-dentista, dobrada na reincidência.

§ 2º. Os cirurgiões-dentistas que se encontrarem fora da sede das eleições, por ocasião destas, poderão dar seu voto em dupla sobrecarta opaca, fechada e remetida pelo correio, por ofício, ao Presidente da Comissão Eleitoral.

§ 3º. Serão computadas as cédulas recebidas, com as formalidades do parágrafo precedente, até o momento de encerrar-se a votação. A sobrecarta maior será aberta pela Comissão Eleitoral, que depositará uma sobrecarta menor na urna, sem violar o segredo do voto.

§ 4º. As eleições serão anunciadas no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação do Estado, com 30 dias de antecedência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 5º. As eleições serão feitas por escrutínio secreto, perante o Conselho, podendo, quando haja mais de 200 (duzentos) inscritos, determinarem-se locais diversos para recebimento dos votos, permanecendo, neste caso, em cada local, três profissionais designados pela Comissão Eleitoral.

§ 6º. Em cada eleição os votos serão recebidos durante no mínimo, seis horas contínuas.

§ 7º. O CFO poderá adotar outras formas de voto, no Regimento Eleitoral, desde que não haja violação do sigilo do voto.

Art. 23. O pessoal a serviço do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais será regido pela legislação trabalhista e inscrito, para efeito da Previdência Social, no INSS.

Art. 24. O Conselho Federal de Odontologia elaborará o projeto de regulamentação desta Lei submetendo-o a aprovação do Chefe do Poder Executivo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de dezembro de 2014.

Deputado GERALDO THADEU
PSD/MG